

# ASPECTOS DA “INTERNALIZAÇÃO FINANCEIRA” NO “ESPAÇO ALEMÃO” E DA ADESÃO AO PADRÃO LIBRA-OURO: 1815-1871

Debora Garcia Gaspar

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional

(PEPI) – Instituto de Economia/UFRJ

[debora.gaspar@gmail.com](mailto:debora.gaspar@gmail.com)

## Resumo

O presente artigo examina as relações entre os desenvolvimentos políticos e monetários que caracterizaram o “mosaico” político-territorial do “espaço germânico”, na segunda metade do século XIX, sob a organização política da Confederação Germânica (1815-1866). A moeda prussiana é analisada a partir do alargamento de seu escopo de validade em todo o território, seguindo os desenvolvimentos da *Zollvereinpolitik*, a partir criação da União Alfandegária (*Zollverein*), em 1834, que envolveu a maior parte dos Estados confederados.

Assim, na segunda metade do século XIX, o território germânico passa por profundas transformações políticas, centralizadas na monarquia prussiana. À tais transformações associam-se intimamente mudanças no cenário monetário-financeiro que predominava até meados daquele século. A dinâmica monetário-financeira do “espaço alemão” passou por dois processos importantes, no período citado: 1) a “internalização financeira”, associada à diminuição da importância dos agentes estrangeiros, que predominavam até meados do século XIX, bem como ao aumento da participação de bancos de origem “alemã” nas finanças deste território criados, sobretudo, na órbita do Estado prussiano; 2) a criação da moeda do império, após a unificação política alemã, encerrada em 1871. Ainda, virtualmente coincidente com a unificação, ocorre a adesão ao padrão libra-ouro, transformando este no primeiro sistema monetário internacional da História.

Estes processos apontam na direção de uma forte associação entre os movimentos políticos e monetário-financeiro dentro do espaço germânico, ao longo da segunda metade do século XIX. Já no contexto internacional, a adesão alemã ao padrão libra-ouro marca a face monetário-financeira da inserção do novo Estado na hierarquia internacional, sob hegemonia inglesa.

Palavras-chave: moeda, unificação alemã, finanças

## Abstract

This article examines the relations between the political and monetary developments, which characterized the political-territorial “mosaic” in the German space, in the second half of the nineteenth century, under the political organization of the German Confederation (1815-1866 the Prussian currency is analyzed from the point of view of the enlargement of its scope of validity throughout the territory, following the developments of the *Zollvereinpolitik*, from creation of the Customs Union in 1834, which involved most of the Confederate States. Thus, in the second half of the nineteenth century, the German territory is undergoing deep political changes, centered on the Prussian monarchy. Those changes are intimately associated changes in monetary and financial scenario that prevailed until the middle of the century. The monetary and financial dynamics of "German space" went through two important processes in the mentioned period: 1) the "internalization" of the financial activities, associated with the diminishing importance of foreign agents, which prevailed until the mid-nineteenth century, as well as the increased participation of banks from "German", especially in the orbit of the Prussian state, 2) the creation of the empire currency, following the political unification of Germany, in 1871. Still, virtually coincident with the unification, is adherence to the gold standard, making this the first international monetary system in history. Those processes show a strong association between political and monetary and financial movements in the “German space”, along the second half of the nineteenth century. In the international context, adherence to the gold standard standard was the monetary and financial aspect of integration of the new state in the international hierarchy, under the British hegemony.

Keywords: currency, German unification, finance

## Introdução

A dinâmica monetário-financeira do “espaço alemão”<sup>1</sup> passou por dois processos importantes no século XIX. O primeiro é a “internalização financeira”, associada a um progressivo processo de criação de bancos “alemães” e “expulsão” dos agentes estrangeiros, que predominavam até meados daquele século. O segundo é a consolidação da moeda única, após a unificação política alemã, encerrada em 1871, e subsequente adesão ao padrão libra-ouro, transformando este no primeiro sistema monetário internacional da História.

Tendo em vista o cenário que caracteriza o “espaço alemão”, na primeira metade do século XIX, no que se refere às principais operações comerciais e financeiras, pode-se dizer estas que ficavam a cargo dos estrangeiros. O dito processo de “internalização”<sup>2</sup> das finanças relaciona-se, ao mesmo tempo, com a concentração e centralização de poder na Prússia e com o posterior “salto” alemão do último quartel do século. O primeiro por ter viabilizado o próprio processo de “internalização”, tendo em conta que não se trata de uma mudança natural, mas que exige atitude política. O segundo está ligado ao aumento do volume de capital “nacional” dirigido à industrialização e à chamada “Revolução Militar”.

O trabalho pretende investigar as principais mudanças no cenário monetário-financeiro que marcaram o chamado processo de “internalização financeira”, no território alemão. Busca-se explorar as relações deste processo com a concentração de poder na Prússia e com o contexto europeu de ascensão da hegemonia britânica, que em termos monetários, se reflete no padrão libra-ouro, a partir da adesão da Alemanha.

O trabalho divide-se em quatro seções, além desta introdução. Primeiramente, são apresentados os principais traços que caracterizam a situação monetário-financeira, que predominou até meados do século XIX. Em seguida são tratadas as principais mudanças e suas associações com a ascensão da Prússia no “espaço germânico”. A terceira seção trata da unificação monetária, com a criação do marco de ouro e do Banco Imperial (*Reichsbank*). Por fim, discute-se a questão da adesão

---

<sup>1</sup> Por “espaço alemão” está-se designando os Estados que compunham a Confederação Germânica (1815-1866).

<sup>2</sup> Por “internalização financeira” está-se designando o aumento da participação de bancos fundados por financistas originados dos Estados da Confederação Germânica, e a associada queda de participação dos agentes estrangeiros na finanças do território germânico.

alemã ao padrão libra-ouro, virtualmente coincidente com a unificação política, encerrada em 1871.

## **1. O quadro político e monetário-financeiro do “espaço germânico” na primeira metade do século XIX**

A organização política dos territórios alemães, entre 1815 e 1866, foi a Confederação Germânica, criada pelo Congresso de Viena. Esta correspondeu à transformação das aproximadamente 234 unidades políticas do Sacro Império em 38 Estados soberanos e quatro cidades livres (Bremen, Hamburgo, Lübeck e Frankfurt).

A estrutura política consistia em uma associação bastante frouxa entre seus membros, que mantiveram praticamente todas as prerrogativas de Estados soberanos:

*All these states, from the largest to the smallest, controlled their own economic and social affairs. Custom and excise, communication, coinage, banking, guilds and so forth were regulated by the state and not by the Confederation.* (HENDERSON, 1975, p. 31)  
[Grifo meu]

Ao mesmo tempo, os documentos de fundação da Confederação não apresentavam uma definição positiva de uma ordem interna entre as unidades políticas signatárias (PORTILLO, 1994).<sup>3</sup>

Assim, há certo consenso em torno da idéia de que o arranjo político da Confederação servia mais às questões geopolíticas, no âmbito europeu, do que à busca de uma unidade interna entre os confederados. A posição de grande parte dos historiadores é a de que a forma pela qual a Confederação foi articulada teria “respondido” à duas necessidades centrais da conjuntura política da Europa pós-napoleônica: por um lado, evitar a formação de um Estado soberano unificado no espaço da Europa Central; e, ao mesmo tempo, assegurar a existência de uma entidade com uma articulação política suficiente para inibir a expansão de outros Estados sobre

---

<sup>3</sup> Shieu (2005) resume: “Constitutionally, the German Confederation was a union of sovereign states in which joint action depended upon unanimity, and states sought to retain their independent status. Thus, even though the German Confederation had a parliament based in Frankfurt, its members would vote according to instructions from their respective governments.” (p. 5)

aquele espaço. (Vieira, 2006, p. 78)<sup>4</sup>. Ainda, sobre os interesses europeus na região, resume Kitchen (2006):

*Germany was an important diplomatic arena in which most of the powers had a direct interest: Russia was a guarantor of the Vienna settlement; Britain because of the personal union with Hanover; Holland and Denmark because of their stake in the Confederation. From time to time, France would cast a greedy eye on the Rhine frontier. (p. 62)*

Em relação à distribuição de poderes na Confederação, a Áustria – ainda que sua presença no sul da Alemanha estivesse em declínio nesse período – e a Prússia, com quase metade da população da Confederação, eram centrais, seguidas dos chamados “Estados do Meio”<sup>5</sup>, que se localizavam entre aquelas duas.

Assim, tem-se a configuração geopolítica europeia em forma de pentarquia entre as grandes potências (Inglaterra, França, Rússia, Áustria e Prússia), sendo que, entre as unidades confederadas, o compromisso entre a Áustria e a Prússia tinha importância fundamental. Isto se deve ao fato de que a maior parte dos conflitos naquele território associava-se aos embates entre ambas. Deve-se, portanto, ao arranjo político da Confederação o fato de não ter havido guerras, durante todo o seu período de existência, entre os Estados-membros. Assim, “o ‘jogo das guerras’ foi ‘congelado’ durante 50 anos ou passou a ser travado em outras esferas que não diretamente através de conflitos bélicos.” (VIEIRA, 2006, p. 79).

Um processo que marcou a Confederação Germânica foi a formação de uniões alfandegárias entre os Estados. A mais importante e abrangente destas foi o *Zollverein*, em 1834. Sua constituição pode ser vista como parte dos esforços de negociação de tratados comerciais e alfandegários que envolveram a quase totalidade dos Estados da Confederação.

O primeiro momento marcante em sua direção foi a Lei Aduaneira Prussiana de 1818. A lei foi promulgada num contexto de déficit orçamentário na Prússia<sup>6</sup>, cuja

---

<sup>4</sup> “In the interest of European peace the princes would have to relinquish the right to wage war on each other and agree to live together in a loose association or confederation of states. At the same time the fact that the princes would remain rulers of virtually sovereign states was the best possible insurance against the creation of a united Germany. Thus before the Congress of Vienna assembled in the autumn of 1814 the Great Powers had already decided upon the creation of a German Confederation.” (CARR, 1979 citado em VIEIRA, 2006, p. 79)

<sup>5</sup> “Os Estados do Meio eram: Oldenburgo, Hanover, Holstein, Mecklenburgo-Sterlitz, Mecklenburgo-Schweis, Baden, Württemberg, Bavária e Saxônia. O termo não se refere apenas à localização geográfica destas unidades, mas também à potencialidade que elas tinham de dificultar os planos expansionistas das duas potências.” (VIEIRA, 2006, p. 49)

<sup>6</sup> “The budget deficit for 1818 was estimated at 9,000,000 Thalers. Moreover too much money was in

economia já se encontrava abalada, em consequência do período das Guerras Napoleônicas<sup>7</sup>. Os efeitos da Guerra prolongaram-se pelo período posterior: “*For at least a decade after the Napoleonic Wars Prussian agriculture, industry and trade were in a depressed condition*” (HENDERSON, 1968, p 119).

Em relação à configuração monetária, no arranjo político da Confederação Germânica (1815-1866) as unidades político-territoriais eram soberanas, detendo, portanto, o monopólio sobre a cunhagem da moeda. Segundo Vanssay:

*Each state minted its own coins, with its own denominations, purity and weights. (...) This monopoly on coinage allowed states to charge a fee (“coinage fee” or seignorage), which represented an important share of their fiscal revenues.* (1999, p. 13)

Dessa forma, as moedas à época da Confederação, como no período do Sacro Império, apresentavam-se sob grande variedade e confusão. Havia moedas emitidas por diferentes Estados-membros, com diferentes denominações (*thaler*, florim, *kreutzer*, *shilling*, ducado), e, mesmo sob o mesmo nome, circulavam moedas com valores nominais diferentes. Ainda, havia moedas estrangeiras circulando, como as moedas francesas, britânicas, russas e dinamarquesas.

A situação de fragmentação do território germânico refletia-se, portanto, na fragmentação monetária. Tal quadro mostrava-se contrastante com as demais potências européias da época, sobretudo, a Inglaterra e a França, que já haviam constituído Estados-nacionais centralizados.

Segundo Holtfrerich (1999), o Ato da Confederação Germânica, que a criou em 1815, nada fez para remover os obstáculos ao comércio, como a padronização da moeda. O autor afirma, ainda, que na questão da padronização contrastavam os interesses de comerciantes e industriais com os dos banqueiros, que lucravam com as transações entre as tantas moedas locais.

As tentativas de regulação monetária do período se dão por meio de acordos e convenções. O primeiro documento que versava sobre moeda foi um dos artigos dos

---

*circulation. Prussia was on the verge of bankruptcy and there was a real danger that the government would be unable to pay either the troops or the civil service”* (HENDERSON, 1968, p. 124)

<sup>7</sup> Segundo Henderson: “*The Napoleonic wars had seriously disorganized the German economy. (...) Overseas trade had been drastically curtailed, while internal commerce had been forced into unaccustomed channels. (...) The flood of imports of manufactured goods (particularly textiles and hardware) from England when the German ports were opened on the collapse of the Continental System seriously hampered the efforts of German industrialists and merchants to increase their sales in the home market.*” (1967, p. 81)

acordos originais do *Zollverein*. Estava previsto, no artigo 14 dos acordos, que os membros da União Aduaneira deveriam tomar medidas, em futuro próximo, no sentido de padronizar seus sistemas monetários: “*The Customs Union treaties included a declaration of intent to the effect that member-states would work towards an uniform system of coinage.*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 136).

Segundo Kitchen (1978), na entrada em vigor da União Aduaneira: “*The Zollverein countries agreed on fixed exchange rates for their currencies, and a new south German florin was created*” (p. 43). As obrigações financeiras deveriam ser pagas em *thalers* prussianos ou nos novos florins, ambas as moedas denominadas em prata. Nesta negociação, o florim austríaco ficou fora do sistema. Ainda segundo Kitchen, a rivalidade monetária entre o *thaler* e o florim, teria início apenas algum tempo depois, sendo inclusive um importante fator nas guerras de unificação.

Duas convenções monetárias seguiram-se aos acordos originais do *Zollverein*. A Convenção de Dresden (1838) buscou simplificar a cunhagem, especificando áreas de circulação mais precisa para os principais sistemas monetários. Os estados do sul não estavam obrigados a aceitar moedas correntes no norte, e vice-versa. A única moeda de curso forçado em toda a União Aduaneira, exceto Luxemburgo, seria a “moeda da União”<sup>8</sup>, criada nesta Convenção.

Houve, também, a tentativa de criação de uma moeda única para a União Monetária Austro-germânica, acordada em 1857, na Convenção de Viena, o *Vereinsthaler*. O resultado foi apenas mais uma tentativa de padronização entre os sistemas, pois a moeda única não entrou em vigor.

As regiões que mais dificultavam as tentativas de padronização das alfândegas, da moeda e das finanças eram as que estavam mais ligadas a outros países da Europa, com forte presença de agentes estrangeiros. Tem-se, em inícios do século XIX, o “jogo das trocas” no território alemão sob controle, sobretudo, de estrangeiros como holandeses, franceses e ingleses. Dessa forma, tal jogo não apresentava correspondência com as unidades político-territoriais que haviam sido “recortadas” na região. Sobre estes “jogadores”:

Se estes possuíam alguma “origem”, no sentido de representação política, esta era antes inglesa, francesa e holandesa, e se possuíam um “domicílio”, este em geral era Hamburgo. Em outras palavras, o “jogo das trocas” não era desconhecido no continente,

---

<sup>8</sup> Seu valor era de 2 *thaler* ou 3,5 florins.

mas estava fortemente descolado das unidades de poder que então se desenvolviam. (VIEIRA, 2006, p. 68).

Na região da “União Fiscal”<sup>9</sup>, especialmente em Hanover, havia grande penetração de moedas estrangeiras, sobretudo inglesa, devido às relações políticas que ambos guardavam, e pelo fato desta região constituir tanto a porta de entrada para exportações inglesas e holandesas. Constituía, pois, um região de grande interesse para os ingleses e flamengos, sobretudo pela possibilidade de deter as grandes praças financeiras internacionais do território alemão. Já a região oeste, estendendo-se até Frankfurt, tinha laços importantes com a França, havendo forte penetração da moeda francesa, especialmente em Luxemburgo.

Da mesma forma, os principais agentes financeiros, inclusive aqueles que negociavam as dívidas dos Estados, também eram de estrangeiros. Um caso notório é a relação entre os Rothschild e a monarquia prussiana: “Em 1818, quando a Prússia inicia o expediente de multiplicação de sua dívida pública, são os Rothschild, estabelecidos em Frankfurt, que agenciam o empréstimo, levantado no mercado de Londres.” (Ibid., p. 114).<sup>10</sup>

## 2. A “internalização” das finanças

A segunda metade do século XIX marca uma nova dinâmica no espaço germânico. A “internalização” do “jogo das trocas” no espaço alemão, novidade do século XIX, fez com que as relações mercantis se aprofundassem entre as unidades confederadas. Tal processo relaciona-se à mudança dos principais agentes que operavam o comércio e as finanças, já no âmbito do *Zollverein*.

A Prússia acabou exercendo grande controle sobre este processo. Este controle, por sua vez, teve uma notável contrapartida monetária e financeira. Ainda que a Prússia não tenha logrado o estabelecimento de uma moeda única em todo o

---

<sup>9</sup> Brunswick e Hanover haviam formado, em 1834, uma união rival, chamada União Fiscal. Oldenburg e Lippe-Scaumburg também aderiram à União Fiscal. Sobre esta: “*It lasted for 20 years, though Brunswick’s scattered territories were absorbed in the Zollverein between 1837 and 1844.*” (HENDERSON, 1975, p. 39).

<sup>10</sup> “*In 1818, for example, the Prussian government decided after some hard bargaining to raise a loan of over 30 million taler through Rothschild in London. The relevant bonds were placed in markets in London, Amsterdam, Hamburg, Berlin and Frankfurt. Further issues followed. Between 1826 and 1855, acting alone or as part of a consortium, Rothschild Bank placed bonds issues totalling at least 680 million gulden.*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 145).

território alemão, antes da unificação política, pode-se observar um movimento financeiros e monetários, que elevaram este Estado a uma posição central na dinâmica monetário-financeira do espaço alemão.

Há três movimentos por meio dos quais se pode apreender o processo de “internalização financeira”, sob a liderança prussiana. Em primeiro lugar, observa-se que os acordos e convenções monetárias, apesar de apontarem na direção do estabelecimento de uma moeda comum, seja aos membros da Confederação, seja aos da União Aduaneira, geram ampliação do escopo de validade do *thaler* prussiano. Em segundo lugar, há um processo de criação de bancos, ligados ao governo de Berlim. E, finalmente, pode-se falar na formação de uma espécie de “dívida pública” que envolvia os membros da União Aduaneira, cuja administração centrava-se na Prússia.

O *thaler* prussiano passou por um processo de ganho de proeminência no território germânico, na segunda metade do século XIX. Isso pode ser observado por meio do conteúdo das convenções monetárias, já citadas em seção anterior. A chamada *Zollvereinpolitik* marca este processo em que a Prússia vai “costurando” acordos comerciais e alfandegários com os Estados confederados, quase sempre seguidos de convenções monetárias, com novos dispositivos de padronização.

Ainda na Convenção de Dresden, de 1838, apesar do esforço de criação de uma moeda comum para a área do *Zollverein*, o *thaler* ganhou primazia sobre as moedas do sul, como unidade referência para transações. Berlim, capital da Prússia, assumiu uma posição de predominância sobre as cidades financeiras do sul, notadamente sobre Frankfurt. De acordo com Holtfrerich (1999), “*Prussia’s position of general political dominance in the Custom Union could only be threatened by the accession of Austria desired by south-German states*” (p. 138).

No que tange às questões financeiras, é também devido ao papel preponderante da Prússia no território alemão, que este Estado lidera o processo de “internalização” das finanças. A criação de um sistema bancário e financeiro ligado à Berlim, e não às tradicionais cidades financeiras, marca fortemente este processo.

Um grande avanço, neste sentido, foi a fundação, em 1846 do Banco da Prússia, a partir da transformação do Banco Real de Berlim. Foi criado como instituição semi-privada, sob controle público, para emissão de moeda. É um passo importante no que Braga (1999) chama de “centralização pró-capitalismo” (p. 197). Em 1856, este banco passou por uma reorganização, quando foram abolidas todas as



limitações de emissão de moeda e proibido o uso de moedas bancárias estrangeiras no território prussiano. A partir de 1865, o Banco da Prússia passou a estabelecer filiais fora do território prussiano, expandindo sua presença pelo território do *Zollverein*.

Neste processo, Berlim consolida-se como centro financeiro do território, sobretudo, após a anexação de Frankfurt pelas tropas prussianas em 1866, inclusive com imposição à cidade de uma indenização por ter-se colocado ao lado da Áustria durante a Guerra Austro-Prussiana. Àquela altura, no entanto, segundo Stürmer (2001), Frankfurt já havia ficado para trás no novo mundo dos grandes negócios, com as companhias e bancos no formato de *joint-stocks*.

A relativa perda de importância de Frankfurt, como centro financeiro do território germânico, para a Prússia ilustra referido processo de “internalização” das finanças do território germânico. Até meados do século XIX, Frankfurt era o centro financeiro mais importante da Confederação. Tal fato está intimamente associado a seu *status* de cidade livre, que lhe permitia uma abertura significativa aos comerciantes e financistas estrangeiros.

Um episódio interessante neste período foi a criação do primeiro banco no formato de sociedade anônima por ações (*joint-stock*) no território alemão. Em 1848, dois empresários da nascente indústria renana ingressaram no governo de Berlim. Ludolph Camphausen assumiu o Ministério do Estado prussiano e David Hansemann foi nomeado ministro das finanças. Ambos eram favoráveis à criação de bancos *joint-stocks*, sobretudo com vistas a financiar o processo de industrialização que se acelerava.

Durante a crise de liquidez que atingiu os bancos alemães, em 1848, os dois membros do governo da Prússia cuidaram para que o banco de Colônia de Abraham Schaafhausen recebesse uma licença que o converteria em uma *joint-stock*. O banco foi convertido, passando a chamar-se *Schaafhausen'sche Bankverein* e tornando-se o primeiro banco neste formato, não apenas na Prússia, mas em todo o território germânico. O banco tinha a tarefa de promover o comércio e a indústria, auxiliando na criação de novos empreendimentos industriais e subscrevendo negócios, além de exercer as demais funções normais de um banco.

Henderson (1975) localiza a formação de bancos no formato de *joint-stocks* no quadro de uma “Revolução Bancária”, que tem início com a reorganização do próprio do *Schaaffhausen Bank*, em 1848. A Revolução se refere à instalação de um novo tipo de organização bancária que tinha como prioridade créditos de longo prazo para a

indústria. O autor identifica que esse tipo de organização bancária tem origem na França, com as atividades do *Crédit Immobilier*, sendo que, um dos acionistas do banco francês era Abraham Oppenheim (filho de Salomon Oppenheim, da Sal Oppenheim & Companhia de Colônia), que viria a fundar o *Darmstädter Bank*, em 1853.

Outros bancos deslocaram-se para Berlim. O *Darmstädter Bank* foi fundado por um consórcio internacional, liderado por Sal Oppenheim Jr & Cia de Colônia. Stürmer comenta o deslocamento desse banco, e outros, para Berlim, à sombra do poder prussiano: “*It soon gravitated to Berlin, to be close to the seat of power and industry, as did the Disconto Gesellschaft, the Dresdner Bank, the Commerzbank, and many others, while the Deutsche Bank began there.*” (2001, p. 48).<sup>11</sup>

Em relação a formação de uma “dívida pública”, no espaço do *Zollverein*, observa-se um escoamento de riqueza em direção à Berlim. A partir da criação da União Aduaneira, todos os Estados-membro deveriam pagar os tributos, operar na moeda e receber financiamentos do Estado Prussiano.

Assim, a Prússia dispunha de um importante volume financeiro, advindo das receitas do *Zollverein*. Como as receitas eram recolhidas e distribuídas diferencialmente, os Estados podiam estabelecer relações de empréstimo entre si. Uma vez que a Prússia era o Estado mais poderoso e populoso, exercia papel central dentro desse fluxo financeiro “interno, circular e permanente”:

Ao “abrir mão” da parcela de receitas que seria a ela destinada em função de sua relativa preponderância populacional na União, a Prússia criava, na prática, uma espécie de “dívida pública” de seu Estado com relação aos demais membros da União. (Ibid., p. 113).

Esta capacidade de “criar uma dívida” dos outros Estados, gerou consequência importantes em termos monetários. A moeda prussiana passou a ser demandada por todos os outros Estados, como contrapartida dos empréstimos que eram realizados. Assim, a Prússia ampliou o território de validade de seu *thaler*, por meio tanto dos acordos comerciais, como desse fluxo financeiro, auxiliado pelo sistema bancário, transformando-se, gradativamente, no principal agente financeiro do *Zollverein*.

---

<sup>11</sup> Ressalta-se que a literatura marxista imperialista tratou desse processo de “financeirização”, mas com base na idéia de um novo tipo de capitalismo, o financeiro. Na nova fase o capital financeiro seria fruto de um amálgama entre capital industrial e capital bancário. Ver Hilferding (1970).

A associação das dinâmicas monetárias advindas de tributação, acordos comerciais, sistema financeiro e “dívida pública”, dotaram a moeda prussiana de grande poder no interior da Confederação, o que está em direta associação à evolução do quadro político da mesma.

### **3. O *Deutsche Mark* e o *Reichsbank***

Na década de 1860, houve discussões sobre qual caminho deveria tomar uma possível unificação monetária, no espaço alemão. Segundo James (1999), entre 1860 e 1870: “(...) *discussion of German monetary reform took place in the context of the drive to political union; but also in a broader setting of a new level of integration in a global economy.*” (1999, p. 3).

Um marco importante, neste sentido, foi a formação da Confederação da Alemanha do Norte (1867), que se seguiu à Guerra Austro-prussiana. A nova organização política resultou no deslocamento da soberania monetária dos Estados-membros para a Confederação (PIERENKEMPER & TILLY, 2004, p. 37). Com a nova Confederação, a emissão de moedas bancárias era agora responsabilidade e exclusividade do Banco da Prússia. (VIEIRA, 2006, p. 115).

Com a guerra, a Prússia promoveu uma série de anexações territoriais. Quando da unificação monetária, os Estados e cidades livres buscaram manter sua autonomia monetária frente àquele Estado, sobretudo no sentido de resguardar as instituições monetárias e financeiras próprias. Holtfrerich comenta o caso de Frankfurt, que foi anexada pela Prússia em 1866: “*For example, Frankfurt was allowed to keep its gulden-based accounting procedures and was not required to switch to accounting in taler, the Prussian currency.*” (1999, p. 185).

Helleiner atenta para o fato de que a unificação monetária não era um consenso mesmo entre as elites, pois algumas autoridades “subnacionais” extraíam ganhos da heterogeneidade monetária.

*In Germany, considerable opposition to the centralization of the coinage and note issue in the 1870s stemmed from the old feudal elite and subnational authorities who often relied heavily on seigniorage revenue. Not all subnational authorities even shared the desire to standardize the national currency as a means of increasing the efficiency of governments operations.* (2003a, p. 99)

Havia ainda, partidários de que a unificação monetária se desse em detrimento de qualquer moeda já existente. Walter Bagehot, um inglês e proeminente especialista em moeda afirmava: “*Germany has a currency to choose; none of her many currencies which have descended from her divided states are fit to be her exclusive currency, now that she is one.*” (citado em JAMES, 1999, p. 5).

Holtfrerich também identifica a proposta de Friedrich List, que defendia uma via baseada no *Zollverein*, ainda que centrada em Berlim:

*Friedrich List promoted the idea of a central-issuing bank for the Zollverein with headquarters in Berlin in his journal Zollvereinsblatt in 1845. The Prussian government reacted to strong pressure from business circles and from out-of-state competition in note-bank creation and opted for the particularist state-oriented solution instead of for a centralized Zollverein solution.* (HOLTFRERICH, 1989, p. 216)

Apesar das propostas supracitadas, a moeda do império unificado foi criada a partir do *thaler* prussiano: “*The Prussian taler, renamed the mark, was made the empire's monetary unit of account.*” (KINDLEBERGER, 1996, p. 151). Vieira também afirma, sobre o novo sistema monetário imperial, “o *thaler* tornou-se sua moeda oficial, com o nome de *marco*.” (2006, p. 117).

O sistema de cunhagem adotado em 1871 foi, portanto, centrado na Prússia: “*The coinage system adopted after 1871 was a Prussian-centered reform which corresponded better to the actual distribution of political power in the new Prusso-centric Empire*”. (JAMES, 1999, p. 5)

Ainda de acordo com James, duas legislações importantes foram a Proclamação de 4 de dezembro de 1871 (“*Statute governing the minting of imperial gold coins*”), sobre a cunhagem das moedas de ouro do Império, que introduziu o marco com subdivisões decimais; e o Ato de Cunhagem de julho de 1873, que avançou o processo de reforma, estipulando que a moeda imperial deveria substituir as moedas locais.<sup>12</sup> Sobre a unidade de conta básica, o marco:

*The basic unit of account would be the Mark, worth one tenth of the “Reich Gold Coin”, and valued as M 1,395 for a pound of gold. The Thaler of the Prussian North was given a conveniently round figure of M 3, while the southern Gulden was valued at the arithmetically complicated level of M 1,71.* (JAMES, 1999, p. 6)

---

<sup>12</sup> Seguindo as diretrizes desta lei, moedas dos estados individuais foram banidas da circulação por decretos outorgados entre 1873 e 1876. No lugar daquelas foi introduzida a moeda nacional unificada.

Os *thaler* em prata continuaram sendo emitidos até 1907: “(...) *the old silver 1-taler piece had finally been stripped of their legal-tender status on 1 October 1907 and withdrawn by national and state treasuries, leaving the silver coins in circulation only as low-value change.*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 184).

Com a fundação do Império, as regras foram estendidas aos estados do sul. Segundo Helleiner, “*In Germany (...), political unification in 1871 was followed quickly by the consolidation of a single monetary standard and coinage.*” (2004, p. 32). A Alemanha unificada havia submetido os Estados do sul e, ao mesmo tempo, despontava como potência européia, segundo Braga, em acordo com Helleiner, “A essa aceleração do crescimento do poderio político alemão segue-se a consolidação econômica nacional no plano monetário.” (1999, p. 198).

As reformas monetárias ditadas a partir da Prússia não foram recebidas sem reação, sobretudo pelos banqueiros situados em Frankfurt, Hamburgo, Bremen e Hanover, que viriam a perder por terem sua autonomia monetário-financeira minada. Alguns banqueiros bastante influentes como Heinrich Phillip Petsch-Goll e Baron von Rothschild encaminharam à Câmara de Comércio de Frankfurt documentos que expressavam seu descontentamento em relação às propostas do norte. Salienta-se, ainda, que a Câmara de Comércio de Frankfurt defendia a unificação monetária baseada no franco, notadamente à moeda de prata de 5 francos, que era amplamente aceita para transações internacionais na Europa.<sup>13</sup>

O órgão central da unificação monetária, o *Reichsbank*, foi criado em 1875, como banco privado sob administração pública<sup>14</sup>, e entrou em funcionamento em 1876. O “Banco Imperial” foi criado a partir do já existente Banco da Prússia: “*Against the initial resistance of Prussia, the Reichsbank was established in 1875, taking over the Preußische Bank.*” (POHL & FREITAG, 1994, p. 329).

Seu papel como banco central era, no entanto, e incompleto, pois outros bancos regionais como os bancos da Bavária, Saxônia e Württemberg continuaram emitindo moedas próprias. Ainda assim, há autores que defendem que o *Reichsbank*

---

<sup>13</sup> “*This desire to retain a link with the French franc also stemmed from the deeply traditional cosmopolitanism of Frankfurt merchants and bankers. Their vision reached beyond a standard of currency for Germany towards an international standardization of the coinage system.*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 186).

<sup>14</sup> “*The Reichsbank was privately owned, but under government management. The Chancellor of the Reich was the ‘head’ of the bank, and under his direction a directorate of civil servants headed by a president conducted the day-to-day business.*” (POHL & FREITAG, 1994, p. 329).

exercia papel de Banco Central no Império: “*Although it had no monopoly of banknote issue, the Reichsbank de facto became the central German bank of issue.*” (Ibid., p. 329).

A monopolização do direito de emissão *pelo Reichsbank* e a unificação completa da moeda sob o marco, ocorrem apenas às vésperas da Primeira Guerra Mundial. São justamente as unidades mais fortes da Confederação que, mesmo após a unificação, conseguem manter a capacidade de cunhagem de moedas próprias, sendo que, algumas eram em prata, em desacordo com o padrão ouro adotado pelo Segundo Reich. Os bancos emissores que resistiram até a monopolização total eram os bancos regionais da Saxônia, Baden, Bavária e Württemberg.

Goodhart cita um trecho de um panfleto de 1900, intitulado *The Reichsbank*, publicado no aniversário de 25 anos da instituição:

*The newly established German Empire found in the organisation of the coinage, paper money and bank-note systems, an urgent and difficult task. **Probably in no department in the entire national economic system were the disadvantages of the political disunion of Germany so clearly defined as in this; in no economic department were greater the advantages to be expected from a political union. Although the customs union (Zollverein) had happily united the greater parts of Germany in a commercial union, similar attempts in monetary affairs had met but modest success, and were absolutely fruitless in banking. The inconvenience most complained of was the multiplicity and variety of the different coinage systems (seven in all) in different states, also the want of an adequate, regulated circulation of coins.*** (Reichsbank, 1900, citado em GOODHART, 1998, p. 423) [Grifo meu]

O trecho explicita a como a fragmentação política tem reflexos diretos na fragmentação monetária, fazendo com que esta fosse a tarefa que se colocava tanto mais difícil quanto urgente, nos primeiros anos do Segundo Império. Ainda, fica explicitado que a integração comercial do espaço alemão não teve uma contrapartida em termos monetários, mesmo sendo a padronização da moeda um dos grandes facilitadores das trocas comerciais. Houve unificação monetária somente quando a Prússia centralizou as decisões políticas e derrotou os adversários no campo de batalha.

#### **4. Adesão ao padrão libra-ouro**

A Alemanha aderiu ao padrão ouro-libra imediatamente após a conclusão da unificação. A trajetória política que culminou em tal evento não foi linear. A frase proferida por Bagehot, supracitada, continua da seguinte forma: “*If things remain as now, she is sure to adopt the French currency; already there is a proposal in the Federal Parliament that she should take this.*” (citado em JAMES, 1999, p. 5).

O fato de um especialista contemporâneo acreditar que o cenário mais provável, já em 1869, fosse a adesão ao padrão bimetálico francês pela Alemanha unificada, mostra que as tendências ainda não eram claras.

Alguns círculos apoiavam a aproximação ao padrão francês. Isto refletia o ambiente monetário europeu, em que rivalizavam a Inglaterra no padrão ouro e a França no padrão bimetálico: “*France, acting in concert with Belgium, Italy and Switzerland, had achieved this [a possibilidade de formar um padrão monetário internacional bimetálico com base no franco], by creating the Latin Coinage Union in 1865...*” (HOLFRERICH, 1999, p. 186).<sup>15</sup>

Como se sabe, o padrão adotado não foi a “ (...) *franc-based internationalist version recommended by Soetbeer and the Trade Assembly*” (James, 1999, p. 5), mas um padrão monetário baseado na moeda prussiana e, como padrão internacional, a Alemanha adota o padrão libra-ouro.

Sobre o abandono da idéia de adesão ao bimetalismo francês: “*In Germany, Bismarck probably had no disposition at this time to ‘Frenchify’ the coinage of the new empire, even had it been convenient to do so... he regarded the plan for international coinage as a Napoleonic dream.*” (RUSSELL 1892:116–7, citado em CHOWN, 1994, p. 86).

Os círculos internos que defendiam a adoção do padrão libra-ouro estavam interessados em manter relações monetárias estáveis com a nação que detinha a principal moeda de base para negociações internacionais, bem como, o maior mercado de *commodities*. Um dos maiores defensores do padrão ouro da Alemanha, diria após a adoção do mesmo: “*We chose gold, not because gold is gold, but because Britain is Britain.*” (citado em EYERN, 1928, p. 3). Uma voz contrária ao padrão ouro era Bleichroder, banqueiro e conselheiro financeiro de Bismarck, que afirmava que a adesão ao padrão libra-ouro “*would make Germany dependent on the British*

---

<sup>15</sup> Para mais detalhes sobre o projeto monetário francês ver Flandreau (1996) e Chown (1996).

*gold market, which the British defended by raising rates.*” (STERN, 1977, citado em CHOWN, 1996, p.190).

A entrada da Alemanha no padrão ouro foi o passo decisivo para que este se tornasse o padrão monetário internacional. Sobre tal evento, virtualmente coincidente com a unificação política, diz Feldman (1997): *“Germany was the first of the major nations to join England in accepting the ‘rules of the game’ of that monetary order”* (PP: 28). Em seguida apresenta uma idéia bastante consistente com a perspectiva deste trabalho:

*In practice, it was England preeminent position as the financial and trading center of the world which was fundamental to make the gold standard work. The Bank of England which functioned as a lender of last resort for the international trading community, was able to exercise a decisive influence on credit conditions by changing the discount rate.*  
(p. 28)

Assim, o fundamental na análise de padrões monetários internacionais é a sua associação com o contexto político internacional e a conseqüente hierarquia que se estabelece entre os Estados. A posição a Inglaterra à época da unificação Alemã era hegemônica<sup>16</sup>, dominando as principais zonas de comércio e finanças do mundo.

O sistema monetário internacional baseado na moeda inglesa não foi objeto de nenhum tipo de acordo ou regime monetário pactuado entre as grandes potências. Ao contrário, foi um sistema que nasceu da adesão progressiva dos demais Estados/economias europeus, obrigados a utilizar a libra nas suas novas investidas comerciais e imperiais sobre um mundo que já era “território econômico” inglês. (FIORI, 2005, p. 70)

Dessa forma, vê-se que, apesar de constituir um padrão internacional, ao qual os países deviam se adequar, o padrão libra-ouro não foi fruto de acordo entre os países. A adesão dos Estados baseava-se no domínio global que a Inglaterra exercia e na obrigação de transacionar em moeda inglesa nos principais centros comerciais e financeiros do mundo.

Assim o padrão assentava-se na força da libra, seu lastro era o poder britânico e sua regulação estava a cargo do Banco da Inglaterra:

---

<sup>16</sup> Sobre a questão da hegemonia inglesa: “Assim, só se pode falar de uma verdadeira hegemonia mundial em dois momentos da história do sistema moderno: entre 1870 e 1900 e entre 1945 e 1973. E foi só nesses momentos de convergência e harmonia de interesses que eventualmente existiram “regimes internacionais” e instituições multilaterais eficazes.” (FIORI, 2005, p. 70).



*The functioning of the gold standard, therefore, was inextricably connected with the regulative activities of the Bank of England, and these were effective because of certain presumptions concerning the soundness of the Pound sterling. (FELDMAN, 1997, p. 29).*

Os demais bancos centrais tinham papel, neste sistema, de cooperar com o Banco da Inglaterra: “E a própria estabilidade da libra sempre dependeu dos superávits obtidos pela economia colonial da Índia e da cooperação dos bancos centrais da França e Alemanha.” (FIORI, 2005, p. 70).

A maior parte das leituras historiográficas associam a adesão alemã ao padrão libra-ouro à dois eventos principais: a desvalorização da prata, que vinha ocorrendo no continente; e, principalmente, à entrada de um montante considerável de ouro na Alemanha, a partir das indenizações de guerra recebidas da França:

*The indemnity received in 1871-3 as a victor in the Franco Prussian War provided resources needed to carry out a currency reform. Germany established a golden currency unit, the mark, and used her indemnity to purchase about half of the gold needed for circulation. (EICHENGREEN e FLANDREAU, 1997, p. 6)*

Não se desconsidera aqui a importância de tais eventos, apenas se questiona se estes constituíram a razão principal de ingresso em um padrão monetário atrelado à uma moeda nacional, a libra. Na verdade, o problema é quando o foco na dinâmica dos metais obscurece uma análise mais ampla dos fatos. Acredita-se que as questões que envolvem as hierarquias políticas internacionais exercem um papel mais determinante.

## **Conclusões**

Como visto, na segunda metade do século XIX o território germânico passa por profundas transformações políticas, centralizadas na monarquia prussiana. À tais transformações associam-se intimamente mudanças no cenário monetário-financeiro, que predominava até meados daquele século. Do lado monetário, a Prússia, sobretudo por meio da *Zollvereinpolitik*, logra impor sua moeda aos demais Estados confederados, notadamente aos do sul, que operavam majoritariamente no sistema do florim. Quanto ao aspecto financeiro, casas bancárias e financistas estrangeiros cedem

lugar aos germânicos, e, ao mesmo tempo, buscam proximidade do centro de poder do território, a cidade de Berlim.

Estes processos mostram que existe uma forte associação entre os movimentos políticos e monetário-financeiro dentro do espaço germânico, ao longo da segunda metade do século XIX. Quanto ao contexto internacional, a unificação alemã é seguida da adesão do Segundo Reich ao padrão libra-ouro, transformando-o no primeiro sistema monetário internacional. A adesão alemã marca a face monetário-financeira da inserção do novo Estado na hierarquia internacional, sob hegemonia inglesa.

## **Bibliografia**

CHOWN, J. F. (1994), **A History of Money: from AD 800**. London and New York: Routledge and the Institute of Economic Affairs, 1994.

EICHENGREEN, B.; FLANDREAU, M. (1997) **The Gold Standard in Theory and History**. London: Routledge, 1997.

FELDMAN, G. D. (1997), **The Great Disorder: Politics, Economics, and Society in the German Inflation 1914 – 1924**. New York: Oxford University Press, 1997.

FLANDREAU, M. (1996), The French Crime of 1873: An Essay on the Emergence of the International Gold Standard, 1870-1880. **The Journal of Economic History**, v. 56, n. 4, pp. 862-897, Dec., 1996.

FIORI, J. L. C. (2005), Sobre o Poder Global. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.73, nov. 2005.

GOODHART, C. A. E. (1998), The two concepts of money: implications for the analysis of optimal currency areas, **European Journal of Political Economy**, v. 24, pp. 407-432, 1998.

HENDERSON, W. O., (1975), **The rise of German industrial power, 1834-1914**. Los Angeles: University of California Press, 1975.

HOLTFRERICH, C. L. (1989), The Monetary Unification Process in Nineteenth Century Germany: Relevance and Lessons for Europe Today. In DE CECCO, M., GIOVANNINI, A., **An European Central Bank? Perspectives on Monetary Unification after Ten Years of the EMS**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. (1999), **Frankfurt as a Financial Center: From Medieval Trade Fair to European Banking Center**. München: C.H.Beck'sche Verlagsbuchhandlung (Oscar Beck), 1999.

JAMES H. (1999), *The Reichsbank: 1876 – 1945*. In BALTENSPERGER, E. **Fifty Years of the Deutsche Mark: Central Bank and The Currency in Germany since 1948**. Oxford: Oxford University Press, 1999

KITCHEN, M., (2006), **A history of modern Germany, 1800-2000**. Oxford: Blackwell, 2006.

PIEREMKEMPER, T.; TILLY, R. (2004), **The German Economy Turing the Nineteenth Century**. Berghahn Books, 2004.

POHL, M.; FREITAG, S. (1994), **Handbook on the History of European Banks**. England Edward Elgar, 1994.

REICHSBANK (1900), *The Reichsbank, 1876-1900*. 25<sup>th</sup> anniversary pamphlet, Berlin, 1900.

SHIUE, C. H. (2005), **From Political Fragmentation towards a Customs Union: Border Effects of the German Zollverein, 1815 to 1855**. Department of Economics, University of Texas, Austin, Feb., 2005.

VANSSAY, X. (1999), **Monetary Unions in Historical and Comparative Perspective**. York University, Department of Economics, Toronto, Ontario, 1999.

VIEIRA, C. M. (2006), A Formação Histórica do Estado e do Mercado Nacionais Alemães: uma Perspectiva Histórica. Tese de Doutorado - IE/UFRJ, 2006